

## A Espanha, as Selvagens, Olivença e etc.

(23/09/13)

Por **João J. Brandão Ferreira**  
Oficial Piloto Aviador

“A perda de Portugal foi de puro sangue e, por isso, o ministro espanhol que não pense constantemente na reunião ou não obedece à lei ou não sabe do seu ofício”.

José de Carvalho y Lencastre  
(Ministro de Estado ao tempo do rei Fernando IV, de Espanha)

O SIED e o SIS<sup>1</sup> (já que serviços de informação militar, na realidade, nunca tivemos) passam a sua vida de amadores – o actual sistema político não permitiu ainda que passassem disso – a preocuparem-se com coisas que pouco interessam à segurança do país e seu futuro. O primeiro vai elaborando umas informações sobre teatros de operação longínquos que pouco têm a ver connosco, e ainda é possível que infiltrem uns tipos nos PALOPs (presume-se que Brasil excluído) a fim de perceberem o que se passa por lá (quando não espiam os próprios nacionais em funções), o que, na prática também não serve para nada, já que os sucessivos governos portugueses não têm tido qualquer estratégia para lidar com esses países.

Limitam-se a gastar dinheiro e esforços a brincar às “cooperações”, sem qualquer retorno e a pôr-se de cócoras sempre que a cleptocracia de Luanda tosse.

O SIS, em vez de se focalizar nas verdadeiras ameaças que espreitam a sociedade portuguesa (terrorismo, criminalidade transnacional, emigração desregrada, conjuras internacionalistas, acções de sociedades secretas, etc.), esfalfa-se a colher dados relativamente a patriotas que se indignam com o desmoronamento do nosso país e a fazer análise de risco dos detentores dos órgãos de poder, de modo a melhor protegê-los da “ira” dos cidadãos.

Pelos vistos também se preocupa com uma ou outra personagem do *jet set*, que possam interferir com negociatas correntes...

Por tudo isto não se estranha que o que se passa em Espanha não pareça causar nesses serviços, ou a quem neles superintende qualquer preocupação de maior.

A lógica reinante parece imbatível: então a Espanha não é nossa amiga, aliada e não participa connosco em todas as alianças e instituições onde estamos (excepção feita, “hélas” para o Tratado de Windsor...)?

Sendo assim, que sentido fará, já não direi espia-la, mas andar informado do que lá se passa?

Lamentavelmente, quem assim pensa não anda com os pés no chão...

---

1 SIED – Serviço de Informações Estratégicas de Defesa; SIS – Serviço de Informações de Segurança

Este tipo de pensamento, a haver em responsáveis políticos, é absolutamente inadmissível, num Estado supostamente representativo de uma Nação com 900 anos de existência!

Mas há males que vêm para o bem.

O actual governo espanhol enviou uma carta para a ONU, no pretérito dia 5 de Julho, em que, não contestando directamente a soberania portuguesa sobre as Ilhas Selvagens, defende que estas são “rochedos” e não “ilhas”, o que coloca directamente em causa a ZEE do território e pode ter implicações na definição da Plataforma Continental, que Portugal intentou, tempestivamente, na sequência do Tratado de “Montego Bay”<sup>2</sup>.

Ora o modo como Madrid tomou esta iniciativa – ao que se sabe – isto é, à sorrelfa e sem aviso prévio a Lisboa, tendo ainda em conta que os governos de ambos os países se encontram semestralmente em cimeiras, apelidadas de “ibéricas”, não tem nada a ver com uma atitude de um país aliado, muito menos amigo.

Que o Governo de Madrid ande acossado com os problemas de coesão interna, por causa das autonomias, de que são expressão maior o que se passa na Catalunha e no País Basco; os escândalos que têm assoberbado a Casa Real; os problemas que se avolumam nas FA e a crise financeira que tudo corrói, nós compreendemos, mas, desde já, garantimos que não contribuimos em nada para que tal ocorresse.

Antes pelo contrário, só temos é que emendar a mão por termos criado vulnerabilidades com os nossos vizinhos, que a entrada na CEE (depois UE) potenciou e a estúpida política do “Espanha, Espanha, Espanha”, exponenciou!

Se por tudo isto ou por outras razões, o facto é que o Governo Espanhol foi mexer em várias feridas geopolíticas sem, aparentemente, lhes medir as consequências, sobretudo pelas contradições em que se emaranharam.

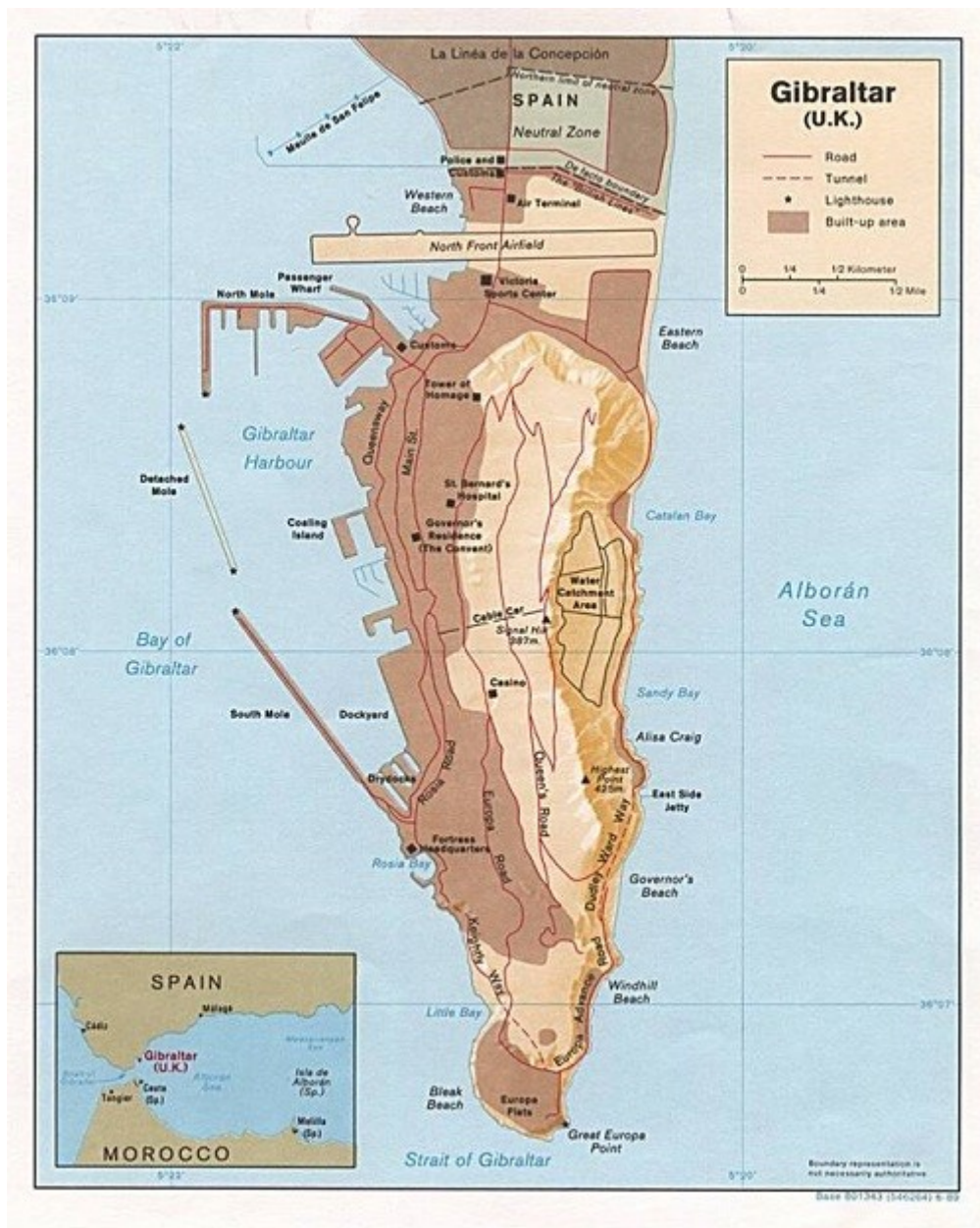
E ter “Talleyrands” para se sair airosamente destes imbróglios não está ao alcance de todos, nem de todas as épocas<sup>3</sup>...

Resumidamente: o Governo Espanhol arranjou, a propósito do anúncio das obras de um molhe artificial para a pesca por parte do governo de Gibraltar que, supostamente, irão prejudicar a comunidade piscatória vizinha, um pretexto para relançar a reivindicação sobre o “Rochedo”, ao mesmo tempo que dificultam a passagem na fronteira terrestre do mesmo.

---

2 Trata-se da “Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, assinada em Montego Bay, Jamaica, em 10/12/1982.

3 Charles – Maurice de Talleyrand – Périgord (1754-1838), político e diplomata francês que conseguiu servir muitos, diferentes e até opostos governos e regimes, durante imenso tempo...

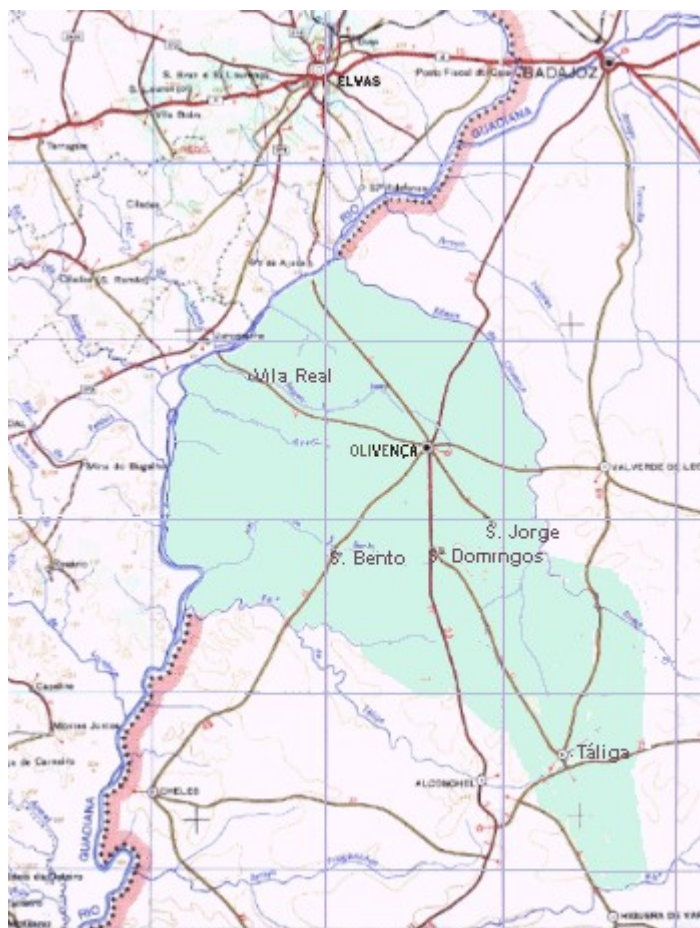


Tal evento ocorreu numa data temporal próxima da “catilinária” sobre as Selvagens.

A toda esta questão “regional” temos de juntar os casos das cidades de Ceuta e Melilla, encravadas na costa marroquina (Ceuta está em frente a Gibraltar e juntas controlam o acesso ao Mediterrâneo), a ilha desabitada de Perejil – a 200 metros da mesma costa e a 8Km de Espanha, no Estreito de Gibraltar – onde ocorreu um pequeno incidente, em 2002, em que militares espanhóis foram rapidamente transportados para o local; o atol de Alhucenas, sem população, mas com uma fortaleza guarnecida com um pelotão destacado de Melilla; o rochedo (Peñon) de Vellez de la Gomera, igualmente desabitado e com fortaleza guarnecida do mesmo modo e o Arquipélago das Chafarinas, sem população nem fortaleza e onde estaciona um pelotão da Legião Espanhola.







(Território português ilegalmente ocupado por Espanha)

O que representa um vergonhoso comportamento de ambos.

Vejamos as principais contradições em que o Estado Espanhol se enreda.

O problema de Gibraltar decorre da Guerra da Sucessão de Espanha entre 1702 e 1713. Neste último ano teve início o Tratado de Utrecht, que pôs fim ao conflito, tendo sido acordado que a soberania do Rochedo passaria para a Inglaterra.

Os espanhóis assinaram o Tratado, mas nunca se conformaram, apesar de à luz do Direito Internacional não parecer haver bases para qualquer exigência espanhola de retomar a soberania do local. A não ser que os gibraltinos intentassem um processo de auto determinação – como parece estar a acontecer na Catalunha – e, mesmo nesse caso, se quisessem ligar-se à Espanha<sup>4</sup>.

Madrid já afirmou não reconhecer o resultado de qualquer referendo no território e ameaça apoiar a Argentina nas suas reivindicações sobre as Malvinas<sup>5</sup>.

Porém, relativamente a Ceuta e Melilla o Governo de “nuestros hermanos” entende que as razões que aduz para aceder a Gibraltar não são lícitas por parte de Marrocos que pretende que as cidades passem para a sua tutela.

<sup>4</sup> Gibraltar faz, porém, parte de 17 territórios que são considerados pela ONU como “Non – Self – Governing Territories”. Destes, 11 estão debaixo da administração do Reino Unido.

<sup>5</sup> Havia de ser curioso de ver o que sucederia caso Portugal ou a Inglaterra, invocassem a Aliança Inglesa, respectivamente, para solucionar, em caso de necessidade, os casos de Olivença e Selvagens, ou Gibraltar e Malvinas...

A Espanha está em Marrocos por vicissitudes da História, desde o tempo em que a conquista era considerada lícita, entre os povos. Madrid herdou Ceuta de Portugal, em 1640, já que a cidade foi o único domínio luso em todo o mundo que não aclamou D. João IV<sup>6</sup>.

Como se sabe, o nosso país esteve presente no Norte de África durante 354 anos, tendo abandonado por sua iniciativa a última cidade – Mazagão – em 1769<sup>7</sup>.

Curiosamente, o último território que a Espanha abandonou na costa marroquina, foi o enclave do IFNI, em 1958, depois de uma mini guerra de que saíram vencedores...



Vá lá a gente entendê-los<sup>8</sup>...

Onde, em rigor, os espanhóis não têm razão alguma, é na questão de Olivença e nas Selvagens.

A Praça de Olivença foi tomada na curta e infeliz “Guerra das Laranjas”, em 1801, inspirada num indecoroso acordo entre Napoleão e a Corte Espanhola, onde pontuava o valido Manuel Godoy.

Para mal dos nossos pecados, a rendição de Olivença também foi feita de um modo militarmente indecoroso. Assinou-se um mal alinhavado “Tratado de Badajoz”, no qual Lisboa cedeu a Praça.

Com a 1ª Invasão Francesa, em 1807, quebraram-se parte dos compromissos em que o tratado se firmara, pelo que o governo português logo reivindicou a vila e seu termo, e declarou nulo o tratado.

---

6 O Capitão da Praça entre 1637 e 1641, D. Francisco de Almeida (c. 1580-?), que foi um notável militar, cedeu a cidade aos espanhóis, em 1641, por razões ainda não completamente apuradas.

7 Posteriormente, em 1774, foi assinado um notável Tratado de Paz entre Portugal e o Sultão de Marrocos, que nunca foi rompido.

8 Como “curiosidade” a Espanha que ocupava o Sahara Ocidental decidiu, em 26/02/1976, informar o Secretário - Geral das Nações Unidas, que iriam terminar a sua presença naquele território, isentando-se de qualquer responsabilidade internacional futura!

Marrocos reivindicou de imediato a soberania sobre o mesmo que é contestada pelos Sahauris. Mais um problema por resolver.

Tal veio a ser confirmado na Conferência de Viena, de 1815, em que a Espanha (que só o assinou em 1817) se comprometeu a devolver o território, português desde o Tratado de Alcanizes, de 1297, o que até hoje não fez, tendo o cuidado de “espanholizar” toda a nossa população (muita da qual se retirou do território) e cuidando, até há pouco tempo, de fazer desaparecer a maioria das marcas lusas.



Quanto às Selvagens, o caso ainda é mais caricato, se tal é possível dizer.

Os nossos navegadores foram até lá, pela primeira vez, em 1428 e sempre a área foi por nós frequentada. As Canárias foram cedidas a Castela pelo Tratado de Alcáçovas/Toledo, de 1479/1480, após um contencioso que se arrastava desde 1340. Mas as Selvagens não fizeram parte do “pacote”<sup>9</sup>.

Só a partir de 1911, sem qualquer argumento válido e credível, “nuestros hermanos” – que de irmãos têm muito pouco – começaram a pôr em causa a nossa soberania<sup>10</sup>.

Em 1938, a Comissão permanente do Direito Marítimo Internacional confirmou a soberania portuguesa.

O Estado Português tornou-as reserva natural, pertencentes ao Parque Natural da Madeira, criado em 1971.

O Arquipélago é constituído pela Selvagem Grande, Pequena e Ilhéu de Fora, num total de 2,73 Km<sup>2</sup>, atingindo 163 metros de altura. Tem dois guardas residentes e uma habitação de residência temporária de uma família do Funchal<sup>11</sup>.

---

9 Foram assim baptizadas por Diogo Gomes de Sintra, em 1438, e terão sido descobertas pelos irmãos Pizzigani, em 1364.

10 Há cerca de um ano, questionei um Almirante espanhol, durante uma conferência, em Lisboa, sobre as Selvagens, o qual simpaticamente me sossegou sobre as intenções do seu país. O adido militar espanhol presente é que não pareceu nada satisfeito com a questão.

11 Por exemplo o Estado do Vaticano e o Mónaco são mais pequenos do que as Selvagens.

Está situado a 250 Km da Madeira, 165 Km das Canárias e 250 Km da costa africana; administrativamente faz parte da freguesia da Sé, Concelho do Funchal.

Fez bem o PR em ir lá dormir uma noite escoltado por navios da nossa esquadra, numa afirmação de interesses e soberania, incontroversa.

Nesta linha se deve realizar o exercício militar previsto, para breve, na área.

E bom seria que a Diplomacia não dormisse (os chefes militares também não) e o Governo não tergiversasse, procurando tirar proveito das contradições insanáveis em que Madrid se enleia, em favor dos nossos interesses.

É mister, ainda, tomar a iniciativa – que há muito tarda – de, na próxima cimeira Luso-Espanhola (não Ibérica), começar por dizer aos ministros espanhóis que queremos ser amigos da Espanha “à moda de Navas de Tolosa e do Salado” e não de outra maneira; que desviem o olhar das Selvagens e que cumpram o que se obrigaram após 1815, pois OLIVENÇA É TERRA PORTUGUESA!